

A ATUAÇÃO DOS CLUBES 4-S EM MINAS GERAIS E A IDEIA DE JUVENTUDE RURAL NA EMATER/MG

S. B. SOUZA*, M. L. R. OLIVEIRA e F. M. G. COELHO

Universidade Federal de Viçosa

solange_ueg@hotmail.com*

Artigo submetido em outubro/2015 e aceito em fevereiro/2016

DOI: 10.15628/holos.2016.3573

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo analisar a atuação dos Clubes 4-S (saber, sentir, saúde e servir) e sua implantação por meio do Serviço de Extensão Rural em Minas Gerais, entre as décadas de 1950 a 1980. Como recurso metodológico, apresenta abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa documental e bibliográfica e da realização de entrevistas semiestruturadas realizadas com extensionistas que trabalharam com a juventude

rural no âmbito dos projetos desenvolvidos pelo Clube. A partir da análise dos resultados, conclui-se que a Extensão Rural, por meio das ações do Clube 4-S possibilitou mudanças no meio rural, no entanto, algumas transformações não alcançaram toda juventude, o que culminou em um processo de exclusão no meio rural.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão Rural, Juventude Rural, Clubes 4-S.

THE ACTING OF 4-S CLUBS IN MINAS GERAIS AND IDEA OF YOUTH RURAL IN EMATER/MG

ABSTRACT

This work aims to analyze the performance of Clubs 4-S (knowledge, experience, health and serve) and its implementation through the Rural Extension Service in Minas Gerais, between the decades from 1950 to 1980. As methodological resource, presents approach qualitative, using documentary and bibliographical research and the building of semi-structured interviews with extension

workers who worked with the rural youth as part of the projects developed by the Club. From the analysis of the results, it is concluded that the Rural Extension, through the actions of the 4-S Club enabled changes in rural areas, however, some changes did not reach all youth, culminating in a process of exclusion in the middle rural.

KEYWORDS: Rural Extension, Rural Youth, 4-S Clubs.

1 INTRODUÇÃO

Juventude e juventude rural são categorias que podem ser analisadas de maneira distinta podendo variar de acordo com o período, instituição ou organização social em questão. Como toda classificação social, juventude é socialmente construída (WEISHEIMER, 2005).

No caso da denominada juventude rural, sobretudo quando se refere aos trabalhos da EMATER/MG em décadas passadas, aparece como categoria de intervenção. No campo científico que se dedica ao estudo dos trabalhos da Extensão Rural no Brasil, as questões que envolvem a juventude rural têm exigido análise acurada e crítica diante das implicações que esse tipo de intervenção poderia implicar para o desenvolvimento local.

De acordo com Paulo (2011), o estudo da juventude rural surgiu de um contexto social e acadêmico que teve início a partir de 1960, que atraiu um outro olhar acerca das questões relacionadas ao meio rural e às novas identidades construídas nesse espaço. Nesse sentido, Sposito (2002) entende que na década de 1960 a juventude era considerada como um problema, sendo concebida como a categoria responsável pela crise de valores vivenciada e pelo conflito de gerações. É importante observar que, assim como outras fases da vida, a juventude faz parte de uma construção social, histórica e cultural, onde cada momento possui suas funções, representações e significados distintos.

Com a atenção voltada para a juventude rural, a análise das formas extensionistas de atuação, nas décadas de 1950 a 1980, permite evidenciar aspectos histórico-estruturais ligados à problemática do campo que afetaram a condição juvenil. Frente ao atual avanço da concentração urbana, violência e drogas, a compreensão do modo como a juventude rural foi tratada pela EMATER-MG durante a atuação dos Clubes 4-S no Brasil, pode revelar a necessidade de novos *modus operandi* e que se fazem necessários nos dias atuais. Novas condições vêm se impondo como limites à dignidade destes herdeiros sociais e daí poder se colocar a seguinte questão: para superação dessas condições, o que e como fazer?

Cabe ressaltar que, a produção bibliográfica sobre a juventude rural no período entre 1950 e 1980 ainda é escassa. Desse modo, essa pesquisa propõe contribuir com a perspectiva histórica sobre a forma como a categoria juventude rural pode ser interpretada, tendo como referência aquele determinado período. Particularmente, pelo olhar dos atores sociais que vivenciaram o auge e o declínio dos Clubes 4-S no Brasil. Assim sendo, essa pesquisa teve como objetivo descrever a atuação e implantação dos Clubes 4-S (Saber, Saúde, Sentir e Servir), trabalho de intervenção realizado no Brasil, por meio do Serviço de Extensão Rural em Minas Gerais, entre as décadas de 1950 a 1980.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Estudos realizados por Silva e Callou (2012) avaliam que o trabalho da extensão rural no Brasil contribuiu em parte para a visibilidade da categoria juventude rural perante o setor público. Entretanto, é válido ressaltar que os jovens rurais sempre foram considerados apenas como grupo favorecido por alguns projetos, ou seja, nunca houve um setor específico para o desenvolvimento do trabalho com os jovens do campo.

Marin (2010) demonstra que, na América Latina existem desde a década de 1940 registros sobre a implantação de medidas educativas direcionadas para os moradores do meio rural. Motivados pelo modelo estadunidense, e com o apoio de organismos internacionais, os governos começaram a legitimar a existência e os direitos dos jovens do campo, o que, basicamente, começou a partir da introdução do serviço de extensão rural e da criação de escolas de ensino fundamental, entre outros projetos voltados para o desenvolvimento rural.

Mészáros (2005) descreve que a educação que se institucionalizou no modo de produção capitalista, sobretudo nos últimos 150 anos, esteve centrada nos propósitos de promover conhecimentos e qualificar os indivíduos indispensáveis para a expansão do sistema capitalista, e, ainda, promover um quadro de valores morais que corroboram os interesses das classes dominantes, através da disciplina implacavelmente estabelecida.

Por sua vez, Marin (2010) considera que tais políticas de educação, as quais eram organizadas e estruturadas com base no ensino agrícola e da formação de clubes, tinham como objetivo capacitar os jovens para que fosse possível acompanhar o progresso científico e tecnológico no qual o Brasil se inseria.

Leite (2002) pondera que a extensão rural lançou no campo um projeto educacional voltado para a educação e para vivência comunitária, de modo que, a metodologia utilizada para “educar” a população do campo seria bastante distinta dos métodos praticados pela escola tradicional. O mesmo autor ainda discorre que, nesse contexto, percebe-se uma introdução incisiva da extensão rural e sua ideologia no meio rural, havendo a substituição da professora do ensino formal, pelo técnico e pela extensionista, cujos vencimentos eram subsidiados pelas instituições Inter-American Foundation e Fundação Rockefeller.

É possível observar que o processo histórico aqui descrito evidencia uma aproximação entre o trabalho extensionista e a escola. Conforme exposto por Leite (2002), a ação extensionista se iniciou no Brasil por meio da CBAR (Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais), entidade que tinha como finalidade introduzir iniciativas de educação no meio rural.

Já no entender de Fonseca (1985, p.162), o trabalho de extensão rural desempenhava atividades que visavam a valorização do trabalho do homem do campo, e por meio de seu modelo difusionista inovador, buscou despertar no homem do campo o espírito de iniciativa, e “estimular sua capacidade de ação, a fim de leva-lo a reconhecer, analisar e resolver seus próprios problemas e a enfrentar, democrática e cooperativamente, os problemas da comunidade”. Desse modo, o Serviço de Extensão proporcionou para o meio rural o surgimento de programas como associações e cooperativas, visando a melhoria no trabalho, na saúde na educação, com o objetivo de melhorar a condição socioeconômica no meio rural.

Silva (2002) considerou que apesar da atuação dos Clubes 4-S não ter se constituído como prática curricular, a mesma pode ser compreendida como uma atividade “extraclasse”, em que o trabalho desenvolvido pelo Clube 4-S pode ser também interpretado como uma modalidade informal de educação, e ainda, como complemento à aprendizagem recebida na escola, face à precariedade do ensino nas escolas rurais.

Nesse sentido, Speyer (1983) avaliou que a extensão rural surgiu como uma nova modalidade de assistência técnica para o campo, sendo o objetivo principal complementar

educação formal oferecida às populações rurais, que, por sinal, era insatisfatória.

3 METODOLOGIA

A fim de analisar a atuação do Clube 4-S e os condicionantes da tomada de decisão quanto à ao seu declínio, a presente pesquisa procedeu mediante duas distintas formas de abordagem, caracterizada pela pesquisa documental e bibliográfica e pela busca sistemática de dados primários através de entrevistas. A pesquisa documental e bibliográfica viabilizou a busca pela compreensão do dia-a-dia dos jovens, possibilitando a compreensão gradativa de informações, para que pudéssemos compor uma caracterização do modo qual se configurou o trabalho da extensão rural para a juventude rural brasileira. Já a vivência dos extensionistas rurais com as famílias e com os jovens rurais participantes do Clube proporcionou a obtenção de informações detalhadas.

O primeiro momento consistiu na realização de pesquisa bibliográfica sobre temas relacionados a esse estudo: modernização da agricultura, juventude, educação no campo e extensão rural, tendo como contexto sócio antropológico o mundo rural no período de 1950 a 1980. Entre os meses de setembro e outubro de 2014, realizou-se uma pesquisa documental, no Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Engenheiro José Alfredo Amaral de Paula, localizado no escritório da EMATER-MG, na cidade de Belo Horizonte/MG. Buscamos compreender o cotidiano em que os jovens rurais e outros atores sociais que se tornaram visíveis no cenário rural em que se encontravam inseridos, bem como analisar o conteúdo do material produzido sobre a juventude rural em Minas Gerais. Entre os documentos foram analisados planos anuais de trabalho, relatórios, cartilhas, jornais, tabelas estatísticas, folhetos informativos e fotografias.

No segundo momento da pesquisa, através de entrevistas semiestruturadas, procuramos analisar o comportamento dos jovens no contexto das atividades rurais e das transformações sociais vividas no campo, considerando a busca pela inserção desses jovens rurais no mundo globalizado, através do uso de tecnologias e da preparação para o futuro profissional. Foram entrevistados três extensionistas rurais que trabalharam com o Clube 4-S, objetivando realizar uma recapitulação da trajetória do Clube, de sua implantação ao seu declínio, objetivando compreender a perspectiva educacional e socioeconômica apresentada aos jovens, bem como as demais políticas que foram designadas a essa parcela da população.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da inspiração do modelo norte-americano 4-H (*Head, Heart, Hands, Health*), surgiu o primeiro Clube 4-S no Brasil, em 1952, no município de Rio-Pomba/MG. Na iniciativa estiveram envolvidos um engenheiro agrônomo e uma extensionista de Bem-estar Social, ambos funcionários da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG¹), e uma professora rural (SILVA, 2002; SOUZA, 2003; GOMES, 2013).

De maneira geral, os Clubes desenvolviam diversas atividades, entre as quais: lavoura demonstrativa, cultivo de horta, campanhas voltadas à higiene pessoal, melhoramento nas edificações da propriedade, seminários e encontros com atividades recreativas, entre outras

¹ A ACAR-MG se tornou, em 1974, em EMATER-MG.

atividades para demonstrar os benefícios e as vantagens que a modernização da agricultura poderia proporcionar ao campo (VIEBRANTZ, 2008).

Assim, no Brasil como nos EUA, os Clubes eram formados por meninos e meninas. No tocante a quantidade de jovens reunida em um determinado Clube, a orientação era que tivessem em média 20 jovens/crianças por cada clube. Segundo fontes documentais as quais tivemos acesso, no Brasil a idade média dos jovens variava entre 10 e 24 anos. No entanto, os depoimentos permitiram dizer que não existia uma idade mínima, tampouco máxima para participar do Clube.

A administração dos clubes era responsabilidade dos próprios jovens associados. Essa “autogestão”, na linguagem de hoje, foi uma estratégia institucional justificada como uma forma de se “apresentar os conceitos de cidadania e liderança”, o que se pode dizer que, para a época, seriam conceitos tipicamente norte-americanos de ordenamento e funcionamento social. Cada Clube era formado por um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, mediante eleição organizada pelos próprios jovens. Essas eleições também eram entendidas como estratégicas, pois tinham “o objetivo de inseri-los em um processo democrático”.

De acordo com os documentos, o recorte de gênero marcava a organização, pois, em sua maioria, os meninos desenvolviam trabalhos com lavoura de milho, batata inglesa, feijão e cebola; Também trabalhavam com suinocultura, avicultura, gado de corte e de leite. Já as meninas se dedicavam a projetos relacionados a higiene, saúde da família, decoração do lar, horta doméstica, melhor conservação e aproveitamento dos alimentos, vestuário e artesanato.

A partir de 1958, os Clubes 4-S e sua filosofia se expandiram para várias regiões brasileiras, sendo implantados nos Estados do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em seguida, também foram instituídos nos Estados de Pernambuco, Bahia, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte. Em todo Brasil, o trevo de quatro folhas, que também esteve como emblema nos EUA, foi adotado como símbolo oficial do Clube, conforme representa a figura a seguir:



Figura 1: Trevo de quatro folhas: Emblema oficial do Clube 4-S. Fonte: Acervo EMATER/MG, 2014.

Para iniciar o trabalho com o Clube, como primeiro passo, os extensionistas tinham que avaliar o modo de vida na “comunidade” e quais as atividades poderiam ser desenvolvidas com os jovens. As equipes da ACAR-MG se deslocavam até as “comunidades” e, de acordo com as características sociais e econômicas das famílias, começavam a traçar um projeto para aquela determinada comunidade. Desse modo, após localizarem as “comunidades” a serem trabalhadas, os extensionistas visitavam as famílias, explicavam como funcionaria o trabalho, e procuravam reunir (mobilizar) o maior número de jovens possível para a apresentação dos projetos, explicando o que era o Clube 4-S e quais eram seus objetivos.

Nesse processo de fazer para as comunidades aquilo que os extensionistas julgavam ser o mais necessário e adequado, um projeto pedagógico de mudança social ia sendo implantado. Assim, o diálogo instituído adquiria natureza assistencialista, na medida em que a ideia era “fazer para o outro necessitado” compunha ações estrategicamente elaboradas e justificava as ações de intervenção, sempre muito bem intencionadas e entusiasmadas. Sobre essa ação nas comunidades, Oriowaldo Queda complementava dizendo que:

O movimento extensionista surgiu no Brasil como uma reação ao malogro da educação rural, tendo sido definido pelos seus idealizadores como um processo de educação extra-escolar. Seu ponto de partida é a noção de comunidade rural, vista como uma organização social homogênea e não estratificada, sem conflitos internos de interesse. (*apud* SPEYER, 1983, p.101).

Nessa conjuntura, alguns autores, como Marin (2010), enfatizam que a escola rural se configurava como a instituição fundamental para a educação e instrução de jovens rurais. No entanto, simultaneamente à escola tradicional, haviam outros organismos voltados para o campo que auxiliaram para a educação de crianças, jovens e adultos, como por exemplo, as entidades de pesquisa agropecuária, instituições financeiras de apoio ao crédito e o serviço de extensão rural.

Com ações abrangentes, pode-se dizer que os extensionistas rurais se viam como os únicos agentes que estariam aptos a desenvolver um trabalho como este com os jovens dentro das comunidades. Nesse sentido, ao falarem sobre a educação no meio rural mineiro, alguns entrevistados lembraram que “o ensino no meio rural era precário, e que os jovens eram afetados pelo despreparo dos profissionais de educação”. Além disso, os extensionistas citaram vários aspectos negativos da escola rural da época, esclarecendo que, muitas vezes, o extensionista tinha que assumir “o papel de educador junto aos jovens”.

É importante salientar que os Clubes 4-S trabalhavam com uma proposta educacional, preocupando-se com a disciplina e o controle dos jovens rurais que estavam em processo de formação, portanto, pode ser considerada uma instituição informal de educação. Para Gomes (2013) a concepção de educação social promovida pelos Clubes reforçava a crítica à escola rural tradicional. As técnicas de formação proporcionadas para a juventude rural que eram divulgadas pelos Clubes 4-S eram entendidas pelos extensionistas como mais dinâmicas e adaptadas à realidade dos moradores do campo. Nesse discurso, a educação tradicional se colocava em constante conflito com os modos vida dos habitantes do meio rural, pois desvalorizava a experiência de vida dos moradores do campo ao privilegiar um conteúdo urbano.

Os meninos eram sempre atendidos pelo Supervisor Agrícola, que poderia ser um engenheiro agrônomo ou veterinário, e as meninas eram orientadas pela Supervisora Social (BES), quase sempre uma economista doméstica, uma normalista, ou até mesmo uma enfermeira.

Assim, este trabalho com jovens se fazia em meio aos demais trabalhos dos extensionistas. O discurso oficial dizia que o objetivo primordial de suas atribuições seria “fornecer assistência necessária para que a população rural conseguisse alcançar uma melhoria significativa em seu modo de vida, elevando o nível de bem-estar social de toda família”. Nesse mesmo propósito, num documento da ACAR-MG, de 1974, eram detalhados os demais objetivos do trabalho da extensão rural:

A) **Quanto à alimentação:** Contribuir para a melhoria, quantitativa e qualitativa, do consumo alimentar da população, através de produção e aproveitamento racional de alimentos, visando o balanceamento nutricional pela diminuição das carências evidenciadas. B) **Quanto à saúde:** Contribuir para a formação da infraestrutura sanitária, controle das doenças de massa e educação para a saúde, com vistas a redução dos índices de mortalidade e morbidade da população. C) **Quanto à educação:** Participar do trabalho da capacitação da comunidade, tanto nos aspectos sistemáticos, quanto nos assistemáticos da educação, objetivando contribuir para que a própria comunidade assuma responsabilidade no processo de seu desenvolvimento (ACAR-MG, 1974, 4) (grifo nosso).

O trabalho com os sócios do Clube 4-S era sempre realizado de forma separada da assistência técnica oferecida aos pais dos jovens. Percebemos que havia a preocupação de que as reuniões dos clubes fossem sempre realizadas antes do atendimento aos adultos. Para os extensionistas, essa atitude teria o intuito de que os pais pudessem ver os resultados obtidos pelos filhos, e que em seguida pudessem compara-los com os resultados obtidos fora dos projetos do Clube 4-S.

A expectativa era que, após os pais perceberem os avanços obtidos pelos filhos, eles passassem também a adotar as mesmas práticas utilizadas pelos jovens. Por isso, a ação dos Clubes 4-S era também estratégica para a difusão das inovações modernizantes feitas pelos extensionistas. Ao fim do trabalho, com os pais “fascinados” com os resultados do trabalho obtidos pelos filhos, esperava-se que eles passassem também a adotar as mesmas técnicas utilizadas pelos jovens. Esse foi o pensamento básico do trabalho e da filosofia quatroessista.

Os trabalhos dos Clubes também foram marcados por uma divisão social por gênero. Os meninos, na maioria das vezes, desenvolviam projetos relacionados a agricultura e pecuária, como, por exemplo, criação de gado de corte e de leite, suinocultura, avicultura, piscicultura e lavouras. Já as meninas eram orientadas a realizar trabalhos na área considerada pela extensão rural como “Bem-estar social”. Os trabalhos das meninas com frequência eram sobre higiene pessoal, corte e costura, nutrição, decoração do lar e culinária.

Os Clubes 4-S também se configuraram como uma estratégia de lazer para os jovens do campo. Após serem desenvolvidos projetos individuais, os jovens quatroessistas tinham a oportunidade de expor publicamente o resultado final do trabalho em feiras locais e regionais, exposições e concursos. Esses eventos eram realizados em praticamente todos os municípios que tinham projetos com a juventude rural, e os vencedores dos concursos eram premiados com bolsas de estudo, intercâmbios e máquinas agrícolas. Os jovens também tinham a oportunidade de conhecer outros locais mediante eventos realizados pelo Clube, como por exemplo, as convenções estaduais e nacionais, ocorridas anualmente, e até seminários e congressos internacionais.

O trabalho desenvolvido pelos Clubes através dos técnicos da EMATER-MG envolveu um grande número de jovens rurais, chegando a contabilizar 20 mil jovens associados, e 800 Clubes no estado, sendo que, cada Clube era assistido pelas equipes de funcionários dos escritórios regionais, sendo geralmente formadas por um técnico agrícola ou engenheiro agrônomo, e uma extensionista de “Bem estar social” (EMATER-MG, 1977, p.3).

O serviço de Extensão Rural do Estado de Minas Gerais também realizou parcerias com outras instituições, com o objetivo de aumentar seu potencial de atendimento junto aos jovens. Dessa forma, foi firmado um convênio com o SENAR (Serviço Nacional de Formação Profissional

Rural), passando a oferecer cursos para a capacitação dos jovens rurais. Eram oferecidos cursos de tratoristas, aplicadores de defensivos, irrigação, entre outros. De acordo com os dados da EMATER-MG, no ano de 1976 foram capacitados 1.657 jovens em mão de obra agrícola no estado, o que evidencia os ideais de desenvolvimento e empreendedorismo (EMATER-MG, 1977, p.15).

Nesse sentido, ao refletir sobre a atuação dos Clubes 4-S no Estado de Santa Catarina, Silva (2002, p.41) considera que o trabalho do Clube 4-S tinha como objetivo principal “erradicar a indisciplina e o atraso no campo”, estabelecendo um “modelo de jovem que fosse capaz de produzir muito mais que seus pais”, e “fazer de seu Estado e país um bom lugar para viver, investir e plantar”.

No que se refere aos recursos financeiros, o Clube 4-S contou com o apoio de diversas empresas privadas, além da colaboração dos governos estaduais e municipais. Entre as empresas que promoviam ações de apoio para o Clube 4-S, se destaca a Agrocere, que, por meio de seu presidente e fundador, desenvolveu várias ações de apoio e incentivo ao Clube. De acordo com documentos, os empresários que apoiavam os projetos visitavam os clubes, acompanhavam e se interessavam bastante pelas atividades que estavam sendo desenvolvidas pelos jovens. Esse interesse era marcante a ponto de vários dirigentes de grandes empresas participarem de reuniões com os extensionistas para discutir sobre as estratégias de ação para solução do que eram entendidas como necessidades e/ou problemas das famílias rurais.

Com o objetivo de coordenar o trabalho do Clube 4-S, foi criado em 1964 o Conselho Nacional de Clube 4-S (CNC 4-S), com a finalidade de gerenciar a aplicação dos recursos financeiros destinados ao Clube. Como justificativa de criação desta instância deliberativa, informava a publicação da EMATER-MG que o CNC 4-S visava: “aumentar as oportunidades e oferecer aos jovens cursos, intercâmbios, bolsas de estudo e várias outras formas de apoio no segmento social” (EMATER, 1982, p.35). Nessa perspectiva, os recursos gerenciados pelo Conselho eram oriundos de empresas que patrocinavam o trabalho com os jovens, que estrategicamente buscavam incentivar o trabalho da EMATER-MG e promover o total apoio à difusão de inovações tecnológicas entre jovens membros do Clube.

Em realidade, foi possível verificar que o alvo do trabalho com os jovens rurais era a família, na medida em que se teorizava que esses jovens teriam uma visão mais “aberta”. Por conta disso, junto a eles seria mais fácil introduzir as inovações que trariam modernização ao campo e a superação do traço tradicional que emperrava o desenvolvimento local, bem ao estilo das expectativas de Rogers & Schoemaker (1974), teóricos que fundamentaram os trabalhos da Extensão Rural na América Latina nesta época.

Neste sentido, Silva (2002) ressalta que a partir da ideologia da modernização e do desenvolvimentismo do país, derivou-se o ideal de “fixar o jovem no campo”. Isso se deu num determinado sentido e não de qualquer forma, pois este jovem deveria fazer uso de novas tecnologias para o plantio, adquirindo implementos agrícolas, ou seja, deveria tornar-se um consumidor. Ainda para o mesmo autor, tratava-se de um discurso que pretendia determinar o espaço e os meios de atuação dos agricultores, fazendo-os sentirem-se responsáveis não mais apenas pela sua própria existência e de sua família, mas por algo mais amplo, como o desenvolvimento da nação, sendo o jovem rural, o sujeito encarregado pelo desenvolvimento do país.

Do ponto de vista dos profissionais que trabalharam na época com os Clubes 4-S, dentre os aspectos que seriam considerados, por eles, como aspectos negativos do trabalho realizado pela Extensão, os principais impasses apontados para o desenvolvimento do trabalho junto aos jovens foram: falta de apoio do governo, baixa valorização social dos extensionistas e falta de preparação dos profissionais.

Conforme foi exposto pelos extensionistas, um dos grandes obstáculos vivenciados pelos jovens quatroessistas foi a “falta de recursos” para desenvolverem alguns projetos dentro do Clube. Na visão dos extensionistas, entre os recursos escassos citados, o principal, seria a escassez de terra para produzir. Entretanto, tudo indica que essa questão de natureza estrutural, era vista como apenas uma “falta de recursos”. Essa visão do problema conduziu o discurso da extensão rural a uma situação insolúvel. Analisar essa limitação como uma “limitação de recursos”, entre várias, fez com que a necessidade de reforma agrária (uma proposta econômica e política estrutural de fundo para o Brasil) nunca fosse pautada nos trabalhos da Extensão, mesmo que a “falta de acesso à terra em quantidade adequada” fosse óbvia e evidenciada pelos extensionistas em seus trabalhos cotidianos nos Clubes 4-S.

Dessa forma, pôde-se entender que os trabalhos dos extensionistas com o Clube 4-S foi uma proposta política agrícola e não agrária, que incentivava a utilização de novas técnicas de plantio, o consumo de adubos químicos, defensivos, tratores e demais implementos agrícolas, que eram obtidos via adesão ao crédito rural juvenil, oferecidos por instituições financeiras. Em realidade, a intenção democratizante e cidadã, conforme objetivos expressos para os Clubes 4-S acabavam tornando-se uma ação excludente, pois para o acesso a esses bens tecnológicos eram exigidas garantias para aquisição do crédito e, a ausência de terra, impedia a execução das propostas.

Assim, era impossível o acesso aos créditos para os jovens de famílias que não possuíam terras ou outros bens para oferecer aos bancos como penhor. Desse modo, ficaram evidentes as questões estruturais que restringiam o trabalho com o jovem rural. Essas condições não foram alteradas pelas mãos da EMATER-MG, e nem poderiam ser, mesmo se atribuindo a esses jovens um tipo de “dever” que iria “proporcionar o progresso para a família, da comunidade e do país”.

Entretanto, em se tomando para análise o universo micro, tem-se como registro, na memória dos extensionistas ou na documentação consultada, que entre os jovens associados que preenchiam as condições de adoção das propostas, os resultados obtidos em seus projetos, muitas vezes, superavam as expectativas dos pais. Após ver o resultado do trabalho, os pais passavam a considerar o Clube 4-S como uma possibilidade de aumento na renda familiar. Por isso, com certeza os resultados locais do trabalho com a juventude rural eram avaliados, tanto por extensionistas quanto por alguns pais, como positivos. Esses trabalhos contribuíram para a institucionalização da credibilidade e da confiança no trabalho da EMATER-MG junto a alguns grupos de famílias e empresários do setor de insumos.

Assim, essa confiança se deu apenas junto a algumas famílias e não para o todo do espaço rural que continuou desigual ao extremo. Mudanças ocorreram ao mesmo tempo em que se manteve a riqueza e a terra estruturalmente concentradas. Ao longo do tempo o foco na juventude foi deixando de ser estratégico, pois o espaço rural foi se modernizando tecnologicamente, não só por força da ação da EMATER-MG, mas em razão de toda rede institucional, pública ou privada, de

incentivo ao consumo tecnológico que viabilizou a industrialização da agricultura no estado de Minas Gerais, ou mesmo no Brasil.

5 CONCLUSÕES

Pelo exposto acima, concluímos que a ação do Clube 4-S participou das mudanças da base tecnológica no meio rural, no entanto, essas transformações não alcançaram a todos os jovens e a todas as famílias, o que resultou um processo de exclusão de vários jovens. Tudo indica que grande parte dos jovens que não conseguiram se inserir no processo de modernização proposto pelo extensionismo, viram-se excluídos da “revolução verde” que ocorria no meio rural. Mesmo que se reconheça o empenho, o entusiasmo e a dedicação dos extensionistas, o contexto de desigualdade no campo marcou o processo como excludente e seletivo. Aqueles jovens que não tinham terra e nem conseguiam investir ou permanecer na atividade rural e que não foram contemplados, nunca deixaram de ser vistos pelos extensionistas, entretanto nunca foram assumidos como problema para Extensão Rural enquanto instituição estatal.

Desse modo, um trabalho de orientação para uma relação mais sustentável e ecológica dos agricultores familiares e seus jovens, com o ambiente e as políticas públicas, permitem pensar do atual trabalho dos extensionistas como uma função pública de direito. A experiência histórica institucional é para eles um ponto de partida e um desafio que exige rompimento com o que precisa melhorar para que aconteça o reconhecimento de sua importância, para o Estado, o ambiente e a sociedade. Conclui-se que a prática empregada pela Extensão para transformação dos hábitos dos agricultores, a partir da aquisição de insumos e maquinários agrícolas, culminou na exclusão dos agricultores mais pobres, de forma que, apenas os que tiveram condições de se inserir no padrão de adoção de técnicas e procedimentos modernos, conseguiram se desenvolver social e economicamente.

A atuação do trabalho extensionista junto aos jovens também fez com que a Extensão Rural fosse instituída como organização necessária em apenas parte da população rural, em razão dos limites estruturais que caracterizam o espaço agrário brasileiro. Assim, os Clubes 4-S podem representar uma experiência de ação institucional com a juventude que desafia a necessidade de melhor definição do significado social dos jovens para além da delimitação por faixa etária ou do local de residência, se rural ou urbano. O que os jovens significam para a sociedade ou a família na qual ele cresce e desenvolve? Sua condição de sustentabilidade ou de necessidade de mudança. Mas qual mudança se faz necessária? Aquela a ser definida e construída com ele e que envolve valores, habilidades para uso dos recursos e possibilidade de exercício de direitos, que no caso dos jovens do campo, no Brasil, indelévelmente significa, primeiro, direito de acesso a terra.

6 REFERÊNCIAS

1. ACAR-MG. “Extensão em Minas Gerais”, Informativo n.13, Belo Horizonte: Julho/Agosto – 1974.
2. EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. EMATER-MG. Informativo n. 35, Belo Horizonte- MG, Janeiro/Fevereiro/Março – 1982.
3. EXTENSÃO EM MINAS GERAIS. Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural de Minas Gerais. EMATER-MG. Informativo n.23, Belo Horizonte-MG, Setembro – 1977.

4. FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. Loyola, São Paulo, 1985.
5. GOMES, L. R. *“Progreder Sempre. Os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir – 1952-1974”*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
6. LEITE, S. C. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. Cortez, São Paulo, 2002.
7. MARIN, J. O. B. A construção social da juventude rural latino-americana. Anais do VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL NA AMÉRICA LATINA: Realineamientos políticos y proyectos en disputa, p. 1-20. Recife, 2010.
8. MÉSZAROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. Bomtempo, São Paulo, 2005.
9. PAULO, M. A. L. **Juventude Rural: suas construções identitárias**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
10. ROGERS, E, & SHOEMAKER, F. **La comunicación de innovaciones**. México: Herrero Hermanos, 1974.
11. SILVA, C. M. *“Saber, Sentir, Servir e Saúde: a construção do novo jovem rural nos Clubes 4-S, SC (1970-1985)”*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.
12. SOUZA, S. F. *Tradição X modernização: a ação dos Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2003.
13. SPOSITO, M. P. (coord.). **Juventude e Escolarização (1980/1998)**. Brasília: MEC/INEP/Comped, 2002.
14. SILVA, Y. V. CALLOU; FERNANDES, A. B. Juventude Rural e Políticas de Extensão Rural no Instituto Agrônômico de Pernambuco. Revista CONTEXTO & EDUCAÇÃO, Unijuí, Ano 27 n. 87 Jan./Jun. P. 104-127, 2012.
15. SPEYER, A. M. **Educação e campesinato. Uma educação para o homem do meio rural**. Loyola, São Paulo, 1983.
16. VIEBRANTZ, K. P. M. **A extensão rural: ambiente, agricultura e Associativismo**. Revista Grifos, n. 25, Dezembro, 2008.
17. WEISHEMER, N. **Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2005.